

SM - SENADO MINEIRO

Origem: Coleção

Código: SM

Datas-limite : 1891 - 1937

Nome(s) do(s) produtor(es): Senado Mineiro (1891-1930)

Histórico/Biografia: A Constituição Mineira, promulgada em 15 de junho de 1891, estabeleceu o bicameralismo à semelhança do Poder Legislativo Federal. O Poder Legislativo Estadual passou a ser exercido pelo Senado Mineiro e pela Câmara dos Deputados, que funcionavam separadamente. O Senado Mineiro era composto de, no máximo, 24 senadores com idade mínima de 35 anos, eleitos pelo voto direto para mandato de 8 anos. Excetuando-se os casos de iniciativa privativa da Câmara dos Deputados, enumerados na Constituição, o Senado podia legislar sobre qualquer matéria. Além disso, competia ao Senado Mineiro julgar o Presidente do Estado e demais funcionários, pelos crimes relacionados à responsabilidade no exercício de funções públicas.

O Senado foi uma instituição representativa das oligarquias dominantes da época, tanto pela sua natureza conservadora quanto pela origem de seus integrantes. No início de sua atuação, desenvolveu intensa atividade no sentido de estabelecer o estado de direito. Exerceu amplamente a sua função legislativa como Câmara Alta de cunho revisor e moderador. Na segunda década do século XX, houve um esvaziamento dos trabalhos, e o órgão passou a deliberar quase que exclusivamente sobre matéria eleitoral. Entre 1927 e 1928, realizou poucas sessões por falta de quorum. A Revolução de 1930 representou o fim do bicameralismo nos Estados brasileiros. O decreto nº 19398, de novembro daquele ano, instituiu o Governo Provisório da República e dissolveu o Congresso Legislativo do Estado. As secretarias do Senado e da Câmara dos Deputados ficaram, provisoriamente, subordinadas à Secretaria do Interior. Após a promulgação da Constituição Mineira de 1935, o Poder Legislativo passou a ser exercido pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Conteúdo: O acervo é composto por atas, pareceres, relatórios, anais, projetos de lei sancionados e rejeitados, proposições, resoluções e outros documentos legislativos; documentos administrativos como protocolos, indicações, contratos, empenhos, folhas de pagamento de funcionários, orçamentos e correspondências.

Sistema de arranjo: Os documentos encontram-se organizados em 11 (onze) séries: Série 1: Projetos Série 2: Proposições Série 3: Correspondência Expedida Série 4: Correspondência Recebida Série 5: Protocolos Série 6: Atas do Senado Série 7: Decisões, Indicações E Pareceres Série 8: Despesas, contratos, empenhos, licitações, folha de pagamento, ponto e registro De títulos de funcionários Série 9: Inventário de bens Série 10: Biblioteca Série 11: Documentos administrativos e legislativos O conteúdo de cada série e/ou subsérie está em ordem cronológica de legislatura.

Instrumentos de pesquisa: Inventário do Fundo Senado Mineiro; Kardex da biblioteca do Arquivo Público Mineiro; Anais do Senado Mineiro; Relatórios e Sinopses dos Trabalhos do Senado Mineiro.

Condições de acesso: A pesquisa é feita através dos originais.

Dimensão/Suporte: Textual: 31,3 metros lineares.

Legislação básica: Brasileira: Decreto nº 19398, Art. II, de 11/11/1930; Decreto nº 802, de 04/10/1890; Decreto nº 1189, de 20/12/1890. Mineira: Decreto nº 130, de 02/07/1890; Decreto nº 226, de 31/10/1890; Constituição do Estado, de Minas Gerais, de 15/06/1891; Lei nº 10, de 14/09/1920; Lei nº 995, de 20/09/1927; Decreto nº 8403, de 21/04/1928; Decreto nº 9790, de 15/12/1930.

Consultar também: Inventário do Fundo Câmara dos Deputados - CD Inventário do Fundo Secretaria do Interior - SI

Notas:: O Fundo Congresso Mineiro, após a revisão ocorrida no ano de 2001, passou a denominar-se Fundo Senado Mineiro. Contém documentos de período posterior à extinção do órgão. Toda documentação fora da ordem cronológica foi inserida após a organização do fundo; O instrumento de pesquisa foi alterado em fevereiro de 2011, devido à inclusão de mais documentos não encadernados.